

Palestra de Vera Araujo na jornada conclusiva dos eventos Brasil 2011 - São Paulo, 29 de maio de 2011

## Cultura do dar, alma da Economia de Comunhão

Escrito por Vera Araújo



O conhecimento e a interpretação das mudanças históricas acontecidas no final do século recém concluído e que prosseguem com aceleração crescente, empenham e empenharão os estudiosos do social por muito tempo. Não é um trabalho fácil e nem mesmo atraente, e não pode nem mesmo ser adiado porque a aposta em jogo é muito alta: individuar na maré de dados a disposição, na enorme quantidade de estudos e pesquisas sociológicas o miolo da questão, aquilo que verdadeiramente incide sobre a qualidade de vida da humanidade e sobre a proteção da sua dignidade. Objetivo, este, árduo para alcançar.

Este olhar sociológico terá que ser sustentado por um olhar filosófico-teológico que na análise de causas e efeitos, acrescente um contributo de direção, de orientação das ações.

E aqui é quase supérfluo ressaltar o quanto seja necessário que tudo seja iluminado por um olhar carismático-profético, que indique novos horizontes partindo dos contextos históricos reais, assim como se apresentam, mas que nos faça levantar e decolar.

Sempre mais se sente a necessidade de uma compreensão menos fragmentada e mais unitária dos fatos e que nos dê a possibilidade de colher a alma da realidade, o ponto central, a conexão que rege tudo. Certamente é necessário aprofundar os diversos aspectos, mas é necessário também o momento da síntese.

Procuo oferecer aqui, algumas pistas de reflexões que quero deixar como convite a um maior aprofundamento.

Antes de tudo **uma consideração inicial.**

A passagem da sociedade moderna à sociedade global pode ser lida como a passagem de um riacho, ou o divisor de águas de uma montanha. Como algo “novo”, uma mudança de época que desenha novos cenários e delinea um novo vulto da sociedade atual. Estamos lidando com novas tendências, novos valores, novas instituições ainda não adquiridas, novas mentalidades, novas dinâmicas sociais.

Olhemos agora **para alguns dos desafios com os quais nos confrontamos.**

Parece-me importante ressaltar que uma característica significativa da sociedade global seja de como sente a própria identidade. O individualismo exasperado, quase o culto do próprio eu, do seu desejo interior de “lugar” de convivência social, marca profundamente a vida dos atores sociais.

A globalização não ajudou no processo de comunidade, não revigorou as ligações sociais. Ao contrário, fez emergir das novas situações, sentimentos e emoções nunca tão difundidas, até o ponto de configurar verdadeiras e inéditas patologias sociais, já conhecidas, mas ainda em crescimento: ânsia e depressão, insegurança e medo, incerteza e dúvida. A grande transformação atuante nos diversos ambientes da sociedade – a família – a escola – a empresa – as instituições – os lugares de festa e de divertimento – condena os indivíduos a uma solidão espantosa. Escreve **Zygmunt Bauman** no seu brilhante ensaio *A solidão global dos cidadãos*: «*O mundo contemporâneo é um recipiente repleto de medo e frustrações, na procura desesperada de um tipo de desabafo qualquer pessoa que sofre, pode esperar racionalmente de ter em comum com outros. O forte desejo deste tipo de desabafo, como nos recorda Ulrich Bech, “não contradiz a individualização, mas na realidade tornou-se patológico”. “A vida individual está saturada de pensamentos obscuros e premonições sinistras, e quanto mais se sofre na solidão e são evasivos e muitas vezes inespecíficos, mais são assustadoras. Tal como acontece em outras situações saturadas: uma partícula de poeira é suficiente para desencadear um violento processo de aglomeração”.*

Esta análise antropológica facilmente nos leva a fazer outra mais sociológica e política.

**A modernidade com a sua conseqüente complexidade misturaram novamente os papéis dos valores e dos pontos de referência da convivência humana.** E a conseqüência é um ofuscar dos direitos e deveres dos cidadãos a nível individual e de povos. Não se conhece mais a essência das escolhas que, de algum modo, somos chamados a fazer; não são notadas as motivações, os efeitos, os objetivos. Na mercantilização global não existe mais distinção entre coisas e valores, entre comprometimento e indiferença, entre o eu e o outro.

A herança que trazemos nos poderia ajudar, não obstante a confusão dos novos cenários, a reencontrar a direção perdida.

É, portanto, uma questão cultural, de reflexão sobre o nosso ser e o nosso operar, de busca sincera da verdade escondida no fundo das nossas consciências e nas chagas da história. As nossas lembranças estão esfumaçadas, mas a nossa racionalidade e prudência talvez não estejam totalmente mortas.

Zygmunt Bauman, citado anteriormente, leitor e juiz atento do nosso tempo, em uma entrevista concedida algum tempo atrás a uma revista de sociologia, afirmava: “*Até o dia que cada decisão política vier determinada, definida e misturada com razões do tipo econômico, nada poderemos fazer para aplacar nossas preocupações. Faltam-nos os instrumentos-chaves que nos permitiriam enfrentar e vencer o poder das tendências*

*globalizantes que alimentam as nossas ânsias. Tudo isso não é idealismo, mas realismo, se de realismo pode-se falar”.*

Os problemas colocados pela globalidade pedem um retorno da política, a sua autonomia em relação à economia e ao mercado, ao poder da mídia. E isso não poderá acontecer se a política não se transformar novamente em confronto de ideias, planejamento ao invés de simples, e freqüente, jogo corrupto de poder.

A política é chamada a reencontrar fortes valores, capazes de indicar conteúdos existenciais e objetivos a alcançar; ter capacidade e vontade de elaborar projetos audaciosos que possam responder aos desafios de hoje. De outra forma, será muito difícil percorrer o caminho de um desenvolvimento sustentável para todos os povos, administrar as inevitáveis controvérsias, resolver os recorrentes desequilíbrios econômico-sociais como aqueles causados pela grave crise econômico-financeira desencadeada em 2008. E o que dizer da capacidade de enfrentar explosões de violência, procura de mudanças radicais como a que está acontecendo hoje em uma grande e complexa área geográfica como do Oriente Médio?

Passando de uma visão geral a uma mais específica podemos considerar **os aspectos éticos da globalização**, aspectos que são de certa forma, o coração de todo este fenômeno.

Já há alguns anos atrás em um **Relatório sobre “globalização justa”**, a **ONU** reconhecia que tal globalização tem um “potencial positivo enorme” que *«abriu as portas a muitos benefícios, promoveu sociedades e economias mais abertas, encorajou uma troca mais livre de bens, ideias e conhecimentos, fez emergir uma consciência global sobre temas como desigualdade, pobreza, discriminação, poluição»*. Apesar disso, o Relatório afirmava, *«existem desequilíbrios persistentes na economia global, eticamente inaceitáveis, politicamente insustentáveis. Aos olhos da maioria da população mundial, a globalização não responde as aspirações de um trabalho digno e de um futuro melhor»*.

Esta “leitura” feita pela ONU e retomada por muitos outros organismos internacionais, encontra consonância com o pensamento social da Igreja. Em um discurso na Plenária da Pontifícia Academia de Ciências Sociais, **João Paulo II** afirmava: *«A humanidade, ao iniciar o processo da globalização, não pode dispensar um código ético comum. Isso não significa um único sistema socioeconômico dominante, ou uma única cultura que irá impor os próprios valores e critérios à ética. É o homem em si mesmo, na humanidade universal nascida das mãos de Deus, que precisa reencontrar as normas da vida social»*.

Este assunto será muitas vezes retomado por **Bento XVI** que o aprofundará e o atualizará em muitas intervenções, particularmente na encíclica Caritas in Veritate.

Após ter afirmado que *«A globalização é um fenômeno multidimensional e polivalente, que exige ser cultivado na diversidade e na unidade em todas as suas dimensões, inclusive teológica»*, Bento XVI acentuando as armadilhas implícitas na globalização, afirma que essas *«poderão ser superadas, somente se soubermos ter consciência daquela alma antropológica e ética, que interiormente impele a globalização para*

*chegar à humanização solidária. Infelizmente, tal alma, muitas vezes é comprimida pela perspectiva ético-cultural de base individualista e utilitarista» (n. 33).*

Concretamente: *«trata-se de dilatar a razão e torná-la capaz de conhecer e orientar a estas novas dinâmicas imponentes, animando-as na perspectiva daquela “civilização do amor” cuja semente Deus depositou em cada povo, em cada cultura» (n. 42).*

**Realmente parece que o relacionamento entre economia e ética, esteja no centro no cenário da globalização.** Para dar um rosto humano à economia de mercado é absolutamente imprescindível inserir nas estruturas e nas operações produtivas uma dimensão ética e não tanto determinista e, antes ainda, despertar nos operadores econômicos um comportamento que parte da consciência sempre mais real da interdependência entre indivíduo e povos. E esta é uma realidade antropológica e, portanto, política e econômica.

Cito ainda **Bauman**: *“Todos os seres humanos que povoam o nosso planeta, vivem em um relacionamento de mútua dependência”. O indivíduo não pode estar cem por cento seguro que a sua ação/não ação tenha/não tenha nenhuma consequência sobre a condição de um seu semelhante, por mais distante esteja no espaço e no tempo. E vice-versa, a condição na qual o indivíduo faz uma determinada escolha, e o sucesso ou o fracasso das suas ações são influenciadas por tudo o que acontece no mundo. (...) Se todos dependemos da ação/não ação de alguém, se a ação/não ação de qualquer um de nós tem uma consequência em qualquer que seja outro membro da nossa espécie, então cada um de nós é responsável por tudo o que acontece no mundo. Encontramos-nos por assim dizer, na mesma barca, e somos todos conscientes que esta barca pode afundar, e que o seu velejar depende das nossas escolhas/ações. A responsabilidade é de todos, e para todos, algo planetário. Concordo com Lévinas ao afirmar que a moralidade do sujeito nos dias de hoje comporta uma forma de responsabilização elevada ao quadrado: Precisa ser responsáveis, com aquela responsabilidade que nós já temos, objetivamente e implicitamente, dado o estado de mútua dependência no que diz respeito ao bem estar, às condições de vida, às perspectivas, ao destino” .*

E após ter considerado a necessidade de uma passagem da interdependência interpessoal, baseada na consciência do indivíduo para a interdependência dos Governos, o mesmo **Bauman** sugere: *«As nossas instituições políticas são totalmente inadequadas se comparadas às dimensões planetárias da interdependência atual. A responsabilidade planetária já é uma realidade, mas um caminho longo e difícil nos separa do ter consciência desta responsabilidade. Resta-nos somente esperar que antes ou depois este esforço se concretize e dê bons resultados, pelo fato que (talvez pela primeira vez na história da humanidade), exigência moral e instinto de sobrevivência não se contrapõem como no passado, mas de fato tendem a convergir na mesma direção e sugerem as mesmas ações e estratégias».*

Sentir-se responsável não é somente algo que está na consciência de cada um e de todos. É algo que deve acontecer e que se transforma em orientação das ações.

Retornando ao discurso econômico, trata-se de inserir no nosso operar uma nova dimensão, que possa modificar interiormente os relacionamentos produtivos e as

estruturas de produção; que possa transformar a “cultura de mercado”, porque o mercado tem um seu modo de pensar e agir, uma sua escala de valores.

Segundo as palavras de **Bento XVI**: «o princípio da gratuidade e a lógica do dom como expressão da fraternidade, podem e devem encontrar espaço dentro da atividade econômica normal. Esta é uma exigência do homem no momento atual, mas também uma exigência de razão econômica. Trata-se de uma exigência, ao mesmo tempo, da caridade e da verdade» (Caritas in veritate n. 36).

E esta exigência estava bem presente quando a Economia de comunhão foi lançada. Essa traz no seu DNA um processo importante de unificação: um dos seus pontos-chave - a cultura do dar – que nutre todo o projeto, o anima interiormente, o projeta para fora. Sem esta cultura do dar, do doar, da partilha, enfim: da comunhão, não pode existir Economia de comunhão.

Como se sabe, o doar nestes últimos anos emergiu novamente na vida e no pensamento como componente essencial das relações sociais e também econômicas. É um salto de qualidade que exige a descoberta do amor ágape porque o doar não é nada mais que amor em ato porque é dom de si. É um ato puro, gratuito, generoso, mas que não despreza a troca e a reciprocidade, pelo contrário a espera, mas sob um ponto de vista mais alto, como aperfeiçoamento do dom, do ágape.

*«O dar é a forma terrena fundamental do ágape e a sua única medida histórica(...). Como tradução terrena do ágape, o dar encontra o seu mais genuíno e profundo significado, que transcende a imediatez da percepção quantitativo-qualitativa, precisamente no amor. (...) O amor verdadeiro, portanto, encontra a sua realização imediata no dar concreto»*

Por isso, nem todo ato de dar é um verdadeiro dar. Existe um dar que é contaminado pelo desejo de poder sobre o outro, que procura o domínio e até mesmo a opressão dos indivíduos e dos povos. Existe um dar que procura satisfação e prazer no ato de dar. No fundo, é expressão egoísta de si e, em geral, é compreendido por quem recebe como uma humilhação, uma ofensa. Existe também um dar utilitarista que no fundo procura o próprio benefício, o próprio proveito.

Um dar substancial e concreto que conota um modo de ser e de se comportar, portanto, uma verdadeira cultura.

É desta cultura que a economia precisa para tornar-se “economia de comunhão”

Falando a alguns empresários, Chiara afirmava: «Se a economia de comunhão nasceu, é porque existe um contexto de cultura especial, que está criando um mundo novo: a cultura do dar» .

**Diante desses desafios** que existem e aqueles que nos aguardam uma das respostas, ou melhor, **uma das soluções concretas e, profética, é com certeza a cultura do dar**, simples e exigente. Ela se apresenta com todos os mapas e métodos para uma nova

direção, uma mudança nas relações: entre os indivíduos na vida cotidiana fazendo emergir um homem novo, capaz de edificar novas estruturas.

Existem estruturas econômicas, políticas, financeiras que veiculam o mal, a opressão, a imposição. O Papa Wojtyła chamou-as de “*estruturas de pecado*”. Na base dessas estruturas existem duas atitudes particulares: a ansiedade exclusiva pelo lucro e a sede do poder. Ambas podem ser superadas com a cultura do dar. Não só, podem nascer estruturas novas que veiculam o bem e que estão enraizadas na cultura do dar.

A Economia de Comunhão é um desses projetos econômicos, que nasceram justamente para fazer o bem, o bem comum e estão se tornando multiplicadores do bem.

Não se trata de uma utopia porque ela floresce de algo muito sólido, real, concreto: a cultura do dar.